

Avaliar como ato cidadão

Mara Lúcia Castilho¹

Maria Cristina Loyola dos Santos²

Resumo

O tema Avaliação Institucional continua sendo relevante assunto de investigação e ocupa posição de destaque nas instituições que proclamam a Educação Continuada e a Qualidade do Ensino como meta e compromisso com a sociedade e que também se preocupam, continuamente, em aprender com novos desafios. O objetivo do presente trabalho é tratar de problemas intrínsecos ao processo de auto-avaliação e que têm gerado inquietações nos gestores que a utilizam como ferramenta de gestão e planejamento. Como inovação, apresentam-se as ações de intervenção da Comissão Própria de Avaliação do UniCEUB, fundamentadas no caráter formativo da Avaliação Institucional, e seus resultados quanto à formação integral do cidadão, conforme proclamado em sua Proposta Pedagógica, o que identifica o ato de avaliar como ato cidadão.

Palavras-chave: Avaliação institucional. Educação continuada. Ato cidadão.

1 O contexto de uma experiência

A regulação das instituições de educação superior pelo Estado tem sido amplamente debatida, e seu resultado, advindo de práticas avaliativas, tem gerado transformações não só no Sistema Federal de ensino, como também no amadurecimento da compreensão da diversidade de modalidades de instituições existentes e suas diferentes concepções e funções sociais.

Não temos, aqui, a intenção de apresentar mais um trabalho que relate uma experiência de auto-avaliação vivenciada por uma instituição de educação superior

¹ Mestre em Educação, Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do UniCEUB, Professora do curso de Letras e Assessora da Diretoria Acadêmica do UniCEUB.

² Mestre em Educação, Psicóloga, membro da CPA do UniCEUB, Professora do curso de Psicologia do UniCEUB.

ou expor argumentos contra ou a favor do tema. O objetivo do presente trabalho é tratar de problemas intrínsecos ao processo de auto-avaliação e que muito têm preocupado os gestores que o utilizam como ferramenta de gestão e planejamento.

Procurou-se refletir sobre algumas questões deflagradas no curso do processo avaliativo e confrontá-las com a Proposta Pedagógica do UniCEUB, voltada para a formação integral do cidadão. Os sinais intrínsecos ao processo avaliativo são tão significativos quanto os resultados obtidos por meio dos instrumentos e dos procedimentos utilizados para atender aos objetivos das etapas, previamente propostos no plano de ação da Comissão Própria de Avaliação.

O tema em questão, com certeza, não esgotou suas investigações e inquietações, mas assume, ainda, posição de destaque nas instituições que proclamam a *educação continuada* e a qualidade do ensino como jargões inerentes à sociedade do conhecimento. Também se preocupam, continuamente, em aprender com os recursos que lhe são apresentados, para colocar em prática modelos de gestão não identificados pelos especialistas da área.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) percebeu que o caráter formativo do processo de Avaliação Institucional pode contribuir, sobremaneira, com a formação do cidadão. Com base nisso, elaborou ações de intervenção no processo para que servissem de instrumento ao alcance do objetivo da Proposta Pedagógica da Instituição, que é formar o cidadão integralmente.

2 O processo de auto-avaliação como subsídio para a educação continuada

A Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, estabelece que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é composto por três processos diferenciados, desenvolvidos em situações e momentos distintos: a Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE). A avaliação das instituições de educação superior, principal objeto do SINAES, desenvolve-se em dois momentos: a auto-avaliação, conduzida pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPA), e a avaliação externa, realizada por comissões externas designadas pelo INEP.

O documento que define as diretrizes para avaliação das instituições de educação superior (BRASIL; MEC; CONAES, p. 20) indica que a auto-avaliação constitui processo por meio do qual um curso ou uma instituição analisa, internamente, o que é e o que deseja ser, o que, de fato, realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las, identificando êxitos ou problemas, possibilidades e potencialidades. O caráter formativo da auto-avaliação permite o aperfeiçoamento de todos os segmentos que compõem a instituição (docentes, discentes e corpo técnico-administrativo).

O conceito de aperfeiçoamento reporta-nos à idéia de *educação* continuada. Esta não deve ser entendida como capacitação ou a qualificação dos profissionais da educação que têm de substituir um conhecimento obsoleto por um novo conhecimento (COLLARES; MOYSES; GERALDI, 1999). Ao contrário, *educação continuada* deve ser concebida como a busca da compreensão, do contexto e da realidade em que se está inserido, e como aperfeiçoamento em saber lidar com as situações que surgem das conseqüências da evolução humana. Para Morin (2001), um dos saberes necessários à educação do futuro é lidar com a incerteza, com o surgimento do inesperado. De forma análoga, pensamos que o futuro das instituições de educação superior passa também pela maturidade de compreender a realidade social e aprender a fazer uso de novos instrumentos que mostram suas potencialidades e fragilidades para que possam evoluir.

A auto-avaliação possibilita que a instituição se analise internamente, com base em informações coletadas, por meio de instrumentos e procedimentos aplicados em cada etapa do processo, planejados e apresentados no Plano de Auto-avaliação mediante dados que surgem ao longo do estudo. Os resultados intrínsecos ao processo podem causar maior surpresa, pois não estão conduzidos por instrumentos e procedimentos norteados por objetivo estabelecido, como meta de conhecimento da realidade institucional. Nesse caso, podem produzir resultados inesperados que merecem ser interpretados, considerando-se que podem sugerir intervenções imediatas, para que o processo avaliativo avance. Portanto, é inquestionável o caráter formativo da auto-avaliação. Sendo assim, avaliação e formação continuada podem ser processos interdependentes de uma ação de formação que prepare o corpo social de uma instituição para conhecer sua realidade e atuar como facilitador das mudanças que visam à melhoria institucional.

A concepção de auto-avaliação proposta na lei do SINAES mostra a inclusão do processo de avaliação interna das instituições de ensino, como subsídio primordial para a avaliação externa, destaca a importância do processo para a regulação das IES e sugere aos gestores que esta ferramenta seja utilizada, como principal instrumento de gestão interna. Embora, ainda não se tenha a dimensão exata do impacto que o SINAES, implantado em 2004, pelo Ministério da Educação, causou ao sistema federal e às instituições de ensino, é possível constatar a contribuição que as diretrizes propostas ao sistema, para o planejamento da auto-avaliação, deram ao processo de gestão das instituições. Foi possível clarificar o entendimento da organização das dimensões que compõem uma instituição de ensino, o que possibilitou melhor planejamento de execução.

A mantenedora do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) adota a auto-avaliação como instrumento de gestão também em suas duas outras mantidas. A CPA, que coordena e organiza o processo de avaliação institucional do UniCEUB, é também indicada para organizar a avaliação no Colégio CEUB, que oferece educação básica à comunidade, e no Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento/Centro de Especialização e Aperfeiçoamento (ICPD/CESAPE), responsável pelos cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

A CPA reconhece a preocupação do UniCEUB, ao longo dos doze anos em que desenvolve o processo de auto-avaliação, em disseminar a cultura avaliativa na comunidade acadêmica, de forma ética e responsável, a fim de que se compreendam os princípios avaliativos estabelecidos pela Instituição. Além disso, tem se preocupado com a aprendizagem sobre o emprego dos resultados advindos do processo para sua eficaz utilização na tomada de decisão. Vale esclarecer que o CEUB, em termos de processo de gestão, tem valorizado a aprendizagem dos gestores no sentido de transformar as informações que decorrem da avaliação para o cumprimento de sua missão institucional.

Esse entendimento é traduzido por Dias Sobrinho (2002), quando expõe que a avaliação tem grande potencial educativo, como reflexão de valores, significados e produção de sentidos. Quanto à produção de sentidos, a avaliação interroga-se sobre os significados e abre possibilidades. Em relação ao potencial educativo, a finalidade da avaliação é priorizar a função formativa, buscar a compreensão da realidade institucional e a capacitação dos “tomadores de decisão”, processo que pode ser entendido como *educação continuada* do corpo de gestores da IES.

No caso do UniCEUB, a CPA verificou dados relevantes no decorrer do ciclo de auto-avaliação, referentes ao período de 2004 a 2006. A organização das informações coletadas nas reuniões de elaboração dos instrumentos de avaliação com os gestores dos setores acadêmico e administrativo e nas de sensibilização realizadas com os discentes e os funcionários, possibilitou diagnosticar que existe dificuldade, por parte dos gestores, em utilizar os dados da avaliação como instrumento de gestão. Essa constatação merece atenção, pois a falta de habilidade em traduzir os dados dos relatórios gera obstáculos à implementação da cultura da avaliação, na medida em que sua utilidade se torna limitada.

Há pelo menos dois anos, desde a implantação do SINAES, a CPA tem buscado analisar as dificuldades dos gestores com relação à interpretação e à utilização dos dados dos relatórios da avaliação. A partir daí, tenta intervir no próprio processo avaliativo. A CPA acredita que minimizar essa dificuldade cria condições favoráveis ao alcance dos objetivos do processo.

A análise da dificuldade apresentada pelos gestores mostrou três pilares do problema: a falta de conhecimento sobre os papéis desempenhados pelos participantes em cada etapa da avaliação, a não-compreensão dos gestores sobre o que fazer com os dados advindos dos relatórios de avaliação e a não-compreensão sobre o papel da CPA no processo de gestão da IES.

3 A cultura de avaliação e os papéis desempenhados pelos participantes nas etapas do processo

Foi possível à CPA identificar, ao longo dos anos em que o UniCEUB desenvolve o processo avaliativo, que falta de conhecimento sobre o que fazer com os dados provenientes do processo, manifestava-se também entre os gestores do Colégio e do ICPD/CESAPE e que essa realidade era um dos pontos que colaboravam para a cultura de avaliação não ter o êxito esperado.

Vale esclarecer que não há referência no estudo à falta de habilidade do gestor em tomar decisões, fazendo uso de procedimentos de gestão. O verificado ao longo do processo referia-se, particularmente, à questões do tipo: como analisar os resultados, como tratar com o professor sobre um resultado não satisfatório, como informar ao aluno sobre o que se tem realizado com os resultados.

Essas questões não apareciam apenas em forma de dúvidas. A falta de habilidade em utilizar dados provenientes dos relatórios da avaliação ocorria, também, nos relatos de atitudes equivocadas relacionadas ao uso da informação dos relatórios avaliativos. Não era incomum optar por decisão pontual para solucionar um problema diagnosticado, como, por exemplo, demitir determinado professor. As ações que se esperam são aquelas de cunho formativo e não punitivo, como, por exemplo, decidir por ação que pudesse ser implementada e que visasse à melhoria do corpo docente na área em que a avaliação pôde diagnosticar como deficitária.

As maneiras de o gestor exibir a dificuldade em fazer uso dos resultados da avaliação apareciam relacionadas a três pontos considerados desfavoráveis à ação gestora, e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da cultura de avaliação. O primeiro ponto foi a *falta de conhecimento sobre os papéis desempenhados pelos participantes em cada etapa da avaliação*. A reflexão sobre a função da responsabilidade assumida pelos atores, como avaliadores e avaliados, papéis inerentes e triviais ao processo, parecia ser óbvia, no primeiro momento.

Considerando-se que a maneira como cada participante atua em cada etapa da avaliação é condição básica para a configuração do processo avaliativo, a CPA procurou entender a dificuldade manifestada pelo gestor na sua relação com as pessoas diretamente envolvidas no processo. Analisando o fator de cultura organizacional e seu reflexo na composição da cultura de avaliação, foi possível identificar, pelo menos, três papéis desempenhados pelos participantes: avaliador, avaliado e usuário da informação.

Tomando como referência a cultura organizacional da Instituição, a CPA foi à busca de subsídios para solucionar a questão. Apesar da convicção de que a cultura de avaliação estava vinculada aos processos de sensibilização e que estes, por sua vez, deveriam estar adequados à cultura organizacional, era preciso entender melhor o fenômeno da disseminação dessa cultura para elucidar as ações a serem realizadas.

Alguns aspectos sobre a cultura humana são considerados de consenso por parte dos antropólogos, como, por exemplo, a transmissão da cultura acontece somente por meio da aprendizagem, mas a capacidade de aprender e de criar cultura é processo hereditário; a cultura é instrumento de adaptação, utilizado somente

pela espécie humana, principalmente, por ser este o seu aliado para a sobrevivência, o desenvolvimento e a evolução; a cultura só processa a informação coletivamente; é necessário que haja interação social para que o processo cultural se desenvolva (VIEIRA, 2004).

Outros elementos, além da questão da aprendizagem, contribuem para a formação da cultura organizacional, de acordo com Freitas (1990 apud VIEIRA 2004):

Valores: definem o que é importante e necessário para alcançar o sucesso da instituição;

Crenças e pressupostos: expressam o que é concebido e guardado como verdades incontestáveis pela organização;

Normas: geradas no âmbito de uma comunidade, são comportamentos esperados de cada indivíduo e sancionados pelo grupo. Não necessariamente se encontram escritas em documentos oficiais da organização; e

Processo de comunicação: comporta uma rede de relações e papéis informais que têm como função transformar informações corriqueiras em informações importantes.

Alguns fatos observados foram selecionados para a análise proposta: primeiro, a interação social e segundo, o processo de comunicação. A facilidade em divulgar informações por meio eletrônico, abrangendo a maior parte de pessoas envolvidas em determinado evento, parece ser eficaz. Todavia, a CPA pôde compreender que a interação social com os participantes seria possível somente com a aproximação por meio de reuniões. Os demais instrumentos de comunicação não foram descartados, mas, o principal, a partir daquele momento, seria o contato pessoal, para esclarecer sobre os papéis dos atores no processo.

Outro ponto considerado pilar das dificuldades dos gestores é a não-compreensão sobre o que fazer com os dados advindos dos relatórios de avaliação. Se um dos papéis desempenhados é o de usuário da informação e o usuário desconhece o que fazer e qual sua conseqüência para a IES, não seria possível o avanço da cultura de avaliação, pois o processo findava-se na coleta de dados, embora a etapa de divulgação dos dados fosse concretizada.

A fim de a CPA atuar no curso do processo avaliativo, garantindo condições favoráveis ao gestor em lidar com a não-compreensão sobre o que fazer com os dados advindos dos relatórios de avaliação, era necessário identificar nos elementos organizacionais da Instituição pistas que pudessem nortear suas ações. A Proposta Pedagógica do UniCEUB e a concepção de avaliação adotada na Instituição, constituem fontes importantes de se pensar em como lidar com essa questão .

A Proposta Pedagógica do UniCEUB considera que a formação envolve a construção do processo de desenvolvimento profissional e integral. Assim percebida, requer a transformação do sujeito, de seus modos de pensar, de sentir e de suas atitudes, fundados na definição de seus propósitos, sem perder de vista a vida social, a mediação fundamental na formação.

A CPA reconhece que o CEUB valoriza o processo de Avaliação Institucional como subsídio de gestão e de política institucional, tanto nas avaliações realizadas pelo governo como na auto-avaliação, cujos resultados norteiam a tomada de decisão. A Avaliação Institucional é processo permanente de reflexão sobre as ações globais da instituição que incluem o conjunto de dimensões, estruturas, gestão, relações, atividades de ensino, pesquisa e extensão, segundo a missão institucional. Frente a essas concepções de transformação do sujeito, adaptação às necessidades do contexto social no qual está inserido e de avaliação institucional, a CPA entendeu que era necessário levar o gestor a compreender a necessidade de construir seu sistema de análise dos resultados da avaliação, adaptados ao contexto de seu setor, às especificidades do corpo social e às metas estabelecidas no plano de desenvolvimento institucional.

Outro fator identificado foi a não-compreensão sobre o papel da CPA no processo de gestão da IES. A função da CPA é de coordenar o processo avaliativo, sistematizar informações sobre a realidade institucional e divulgá-las à comunidade acadêmica. A CPA encaminhava os relatórios de avaliação para o gestor e sinalizava alguns pontos sugestivos de reflexão, mas a autonomia para implementar ações que viessem a solucionar os problemas diagnosticados era do gestor. Para ele, o papel de instituir ações para a melhoria dos processos era da CPA. Como o papel que a CPA desempenhava no processo de gestão não estava claro, isso favorecia a não-compreensão do papel do gestor no processo.

Identificados os pilares que comprometiam o avanço da cultura avaliativa no UniCEUB, a CPA procurou desenvolver ações interventoras ao longo do processo avaliativo, sem comprometer o cronograma que constava do plano de auto-avaliação da Instituição.

4 Ações que impulsionaram a disseminação da cultura avaliativa

Com base no diagnóstico das dificuldades, a CPA organizou o Projeto Avaliar como ato cidadão, com o objetivo de ampliar as ações de sensibilização para a avaliação institucional na comunidade acadêmica do UniCEUB, por meio de informações sobre o processo avaliativo, a fim de que os atores identificassem o papel de cada um e compreendessem a importância da participação, como exercício da cidadania. A CPA propôs as seguintes ações para o ano de 2006:

- a) Composição de grupos parceiros;
- b) Elaboração de boletim informativo das ações da diretoria acadêmica; e
- c) Ações educativas da auto-avaliação.

Os grupos parceiros foram organizados a fim de que ajudassem os procedimentos de sensibilização. Foram feitas parcerias, em primeiro lugar, com o Departamento de Comunicação e com os professores das disciplinas: Ética, Cidadania e Realidade Brasileira I e II, que atuaram como multiplicadores da atividade de sensibilização, trabalhando, junto a alunos e professores na construção do pensamento crítico e da atitude cidadã em relação à avaliação. A intenção era formar multiplicadores que pudessem sensibilizar a comunidade acadêmica a participar das etapas da Avaliação do Ensino pelo discente e da Avaliação da Instituição pelo docente. A ação tinha como objetivo realçar a importância da participação de membros da comunidade acadêmica no processo avaliativo, com consciência do seu papel na construção da realidade institucional.

Os professores da disciplina Ética, Cidadania e Realidade Brasileira I e II trabalharam com os alunos do primeiro semestre de 2006, sobre a responsabilidade de participar das atividades da comunidade em que se está inserido e sobre o papel de instrumento transformador dos sujeitos. Para a realização dos procedimentos de sensibilização, foi feita parceria com representantes da comunidade acadêmica de acordo com a(s) etapa(s) da avaliação planejada(s) e os sujeitos participantes.

Para suprir a necessidade da interação social com a comunidade acadêmica, uma das ações propostas foi a ação educativa sobre auto-avaliação. No primeiro momento, as ações educativas puderam ser realizadas nas reuniões com Centros Acadêmicos (CA), alunos representantes de turma e colegiados de curso.

A intenção foi informar a comunidade acadêmica sobre o Sistema Nacional da Avaliação, a auto-avaliação e o papel desempenhado pelos segmentos em cada etapa, inclusive o da CPA. Dessa forma, a CPA pretendeu incrementar os procedimentos de sensibilização à realidade de cada segmento da comunidade acadêmica e fazer com que a comunicação fosse mais efetiva.

A CPA participou das reuniões dos colegiados dos cursos, para disseminar as informações sobre o processo avaliativo. Isso gerou satisfação ao gestor e ao professor, uma vez que a CPA se propôs a ir a um encontro com eles, e não chamá-los para uma reunião. A atitude de sensibilizar em uma atividade de rotina do setor permitiu que a CPA não apenas cumprisse suas finalidades, mas que pudesse adaptar-se às necessidades do usuário.

O Boletim Informativo das Ações da Diretoria Acadêmica foi composto por *folders* intitulados Resumão. A publicação mensal de boletim informativo da CPA torna-se inviável, em função dos recursos e do tempo. Como a Diretoria Acadêmica do UniCEUB possui quatro assessorias - de Graduação, Extensão, Pós-graduação, Pesquisa e a Agência de Empreendedorismo - a proposta era que, a cada mês, fosse publicado um informativo (Resumão) sobre os conceitos, atividades em andamento em cada uma delas e resultados alcançados nos projetos. Assim, teríamos um Resumão por mês: o da CPA, da Extensão, da Graduação, da Pós-graduação, da Pesquisa e o da Agência de Empreendedorismo. A CPA acreditava que esse instrumento supriria a carência de informação da comunidade acadêmica sobre as atividades desenvolvidas pela IES. Foi publicado um boletim informativo sobre as ações da CPA e divulgado aos gestores de forma impressa e aos professores, nas reuniões de colegiado e por e-mail. Os boletins foram utilizados também junto aos alunos nas reuniões com os representantes de turma e nas reuniões em que o gestor convocava os alunos para esclarecer sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O trabalho de ações interventoras pela CPA possibilitou identificar, na prática, que a dificuldade era saber complementar os dados qualitativos com a correta interpretação do quantitativo. Quando o gestor consegue preencher as lacunas da análise qualitativa, com os dados quantitativos, parece mais seguro em tomar decisões. A intenção da CPA era desenvolver ações que permitissem ao gestor fazer esse vínculo.

A meta-avaliação do primeiro ciclo avaliativo do SINAES mostrou a falta de informação sobre o processo e a inabilidade em lidar com situações adversas por parte do aplicador de questionário. Para solucionar esse problema, além da sensibilização já explicitada anteriormente, a CPA organizou processo de seleção dos aplicadores de questionário, com a finalidade de compor a equipe para executar a etapa da *avaliação do ensino pelo discente*, prevista para o ano de 2006. O objetivo era otimizar a eficácia do processo e proceder com intervenção para resolver o problema de os funcionários desconhecerem o processo e o papel que nele ocupavam.

A seleção constou de entrevista com um dos membros da CPA para avaliar se o candidato possuía os pré-requisitos necessários, tais como: demonstração de interesse para participar do processo, habilidade verbal de comunicação e disponibilidade. Foram selecionados 30 aplicadores de questionário para atuarem nos três turnos de funcionamento dos cursos.

Os funcionários selecionados, antes de iniciar as atividades, passaram por um curso de capacitação, oferecido pela Comissão Própria de Avaliação, que tratou das questões pertinentes ao processo de auto-avaliação do UniCEUB, à postura ética e às normas do processo. O curso de capacitação ampliou seu objetivo com relação ao realizado em 2005. A CPA acrescentou a finalidade de preparar os funcionários, para atuarem como aplicadores de questionário, com o objetivo de dar-lhes formação sobre o papel que ocupariam no processo.

Com relação à sensibilização da comunidade acadêmica do Colégio CEUB, foram realizadas as seguintes ações:

- 1 Sensibilização dos professores do Ensino Médio e Fundamental, de 5ª a 8ª série, gestores das áreas pedagógica e administrativa e do Serviço de Orientação Educacional: realizou-se uma palestra sobre a avaliação institucional e os papéis desempenhados pelos

participantes do processo, e dinâmica de grupo no dia 05/07, no Colégio CEUB.

2 Sensibilização dos professores de Ensino Fundamental I (de 1ª a 4ª série) contou com a presença de todos os professores, exceto os que estiveram presentes na atividade de sensibilização dos professores de 5ª a 8ª série e do Ensino Médio.

3 Sensibilização dos alunos do Ensino Médio e do Ensino Fundamental, contou com a presença de 100% de representantes e vice-representantes de turma do Ensino Médio e do Ensino Fundamental.

4 Sensibilização dos alunos de 1ª a 4ª série: a CPA selecionou uma história infantil que trabalhava com juízo de valor sobre diferenças. O livro escolhido foi O concurso das aves, de Telma G. Castro Andrade. A CPA contou com a colaboração de três professoras do UniCEUB, especialistas em Educação Básica, para fazer a adaptação da história em apresentação de *slides* e dinamizar o processo de sensibilização das crianças de 1ª a 4ª série. Os *slides* apresentavam cenas da história e animação, com diálogo sonorizado e movimentação dos desenhos.

5 Resultados alcançados por meio das ações para a disseminação da cultura avaliativa

O reflexo das ações empreendidas pela CPA pôde ser percebido antes mesmo do término da tabulação dos dados coletados na etapa de avaliação do ensino pelo discente. Foi relatado pelos aplicadores de questionário que a adesão dos professores ao processo foi de 100%. Não se encontraram dificuldades de aceite do professor em ceder parte da aula para aplicação do instrumento de avaliação, como no processo anterior.

A seleção por meio de edital e a capacitação dos aplicadores de questionário possibilitaram melhor organização do processo e, conseqüentemente, maior abrangência de turmas visitadas, compreensão da importância do trabalho conjunto entre a área administrativa e a acadêmica. Isso foi reflexo da percepção e da atitude cidadã do funcionário.

Além disso, a avaliação do processo de coleta de dados mostrou que os aplicadores de questionário souberam administrar os conflitos inerentes ao processo. Esse reflexo pôde ser percebido também na quantidade de turmas previstas para serem visitadas e na quantidade alcançada. Das 380 salas de aula previstas para aplicação dos questionários, 350 foram vistas, perfazendo o total de 92%, no período de três semanas. A CPA considerou o resultado muito positivo, comparado ao anterior que havia atingido 52% do previsto.

Quanto às disciplinas Ética, Cidadania e Realidade Brasileira I e II, houve solicitação formal por parte dos professores que ministram a disciplina para que fosse avaliada por meio de instrumento que retratasse suas especificidades. Isso mostra um crescimento na cultura da avaliação, não só por parte do gestor, como também dos professores, pois retratou a compreensão do objetivo do processo avaliativo.

As reuniões com os segmentos possibilitaram a compreensão dos papéis desempenhados pelos participantes. Isso foi percebido no relato dos coordenadores que observaram a seriedade com que os alunos participaram da avaliação do ensino. Ficou evidente que o esforço de construir na comunidade acadêmica a consciência de atitudes cidadã foi atingido. Alguns representantes discentes propuseram à CPA ações que refletissem a atitude cidadã, como, por exemplo, fazer parceria com os gestores dos cursos, para se considerarem úteis ao processo de decisão e auxiliar o gestor a compreender algumas demandas.

As inovações implementadas nas ações de sensibilização – atividades interativas, esclarecimentos sobre o papel do participante no processo avaliativo e a adequação da linguagem para os alunos da 1ª a 4ª séries – garantiram as seguintes contribuições:

- a) Identificação das reações favoráveis e ou desfavoráveis ao processo em fase anterior à da aplicação do instrumento. Com os procedimentos utilizados anteriormente, a sensibilização valorizava a informação e a motivação, mas somente era possível verificar tais reações durante a avaliação propriamente dita.
- b) Comprometimento com o desenvolvimento da cultura da avaliação em séries iniciais do Ensino Fundamental, por meio de linguagem que possibilitasse maior compreensão das crianças sobre a importância de sua participação e a finalidade da avaliação.

- c) Possibilidade de que os gestores presenciassem as reações favoráveis e desfavoráveis de seus professores.
- d) Ampliação de conhecimento da CPA quanto ao tema sobre metodologia de sensibilização ao processo avaliativo.

Outras conseqüências, com certeza, serão percebidas a partir de agora. A intenção da CPA era fazer com que a comunidade acadêmica percebesse que a proposta pedagógica da Instituição, no que se refere à formação do cidadão, passa, também, pela consciência de participar do processo de avaliação de maneira responsável.

Vale esclarecer que a sensibilização com participação de funcionários e gestores já havia sido realizada anteriormente e que constava do plano de avaliação e do cronograma do ciclo anterior. A diferença foram as medidas de intervenção adotadas pela CPA e que caracterizaram esses procedimentos interativos e participativos, com a finalidade de fazer com que a comunidade acadêmica percebesse a importância de avaliar como ato cidadão. O esclarecimento acerca dos papéis dos participantes no processo possibilitou esse entendimento. Todos notaram avanço na cultura avaliativa.

A CPA considerou que as ações inovadoras de sensibilização, por meio de composição de parcerias, possibilitaram o desenvolvimento de atitude cidadã pela comunidade acadêmica, iniciando nova fase do processo avaliativo da Instituição: o compromisso do UniCEUB em formar cidadãos é com todos os inseridos no contexto educacional e, não somente, com os discentes.

Evaluate as a citizen act

Abstract

The theme *institutional evaluation* is still a significant subject of search and it has an important position in institutions that declare *continuous education* and *quality education* as purpose and commitment with the society and that concerns continuously in learning with new defiances. The target of this paper is to deal with intrinsical problems connected to self-evaluation process and it has worried managers who use it as a tool of administration and planning. As an innovation, we present the interference actions of UniCEUB Evaluation Committee based on formative character of institutional evaluation, and its results as the whole citi-

zen development, according to what was declared in its Pedagogical Proposal, that identifies de act of evaluate as a citizen act.

Key words: Institutional evaluation. Continuous education. Citizen act.

Referências

ANDRADE, Telma G. Castro. *O concurso das aves*. São Paulo: Editora do Brasil, 2003.

BRASIL. MEC. INEP. *Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior*. Brasília: INEP, 2004.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÈS, M. A. A.; GERALDI, J. W. *Educação continuada: a política da descontinuidade*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov. 2006.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, out. 2004.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Disponível em: <<http://www2.ufpa.br/ensinofts/artigo3/setesaberes.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2006.

UniCEUB. *Proposta Pedagógica do UniCEUB*. Brasília, 2004.

VIEIRA, Gerson Alves. *Cultura de valores organizacionais: um estudo na Faculdade de Ciências Humanas FUMEC*. Belo Horizonte: FUMEC, 2004.

